

## RESENHA

**Livro:** Por que estudar Filosofia?  
**Autor:** João de Fernandes Teixeira  
**Editora:** Paulus  
**Ano:** 2016

Por: *Desidério Murcho*<sup>1</sup>

Neste pequeno livro dirigido a estudantes e ao grande público, o autor apresenta algumas ideias sobre o que é hoje a filosofia, o que tem sido ao longo da história, e a sua relação com as ciências e a vida em sociedade. Talvez o seu valor mais marcado seja o estilo informal, que faz dele uma leitura descontraída, um pouco como se estivéssemos conversando com um professor e autor experiente que nos vai dizendo o que pensa sobre vários temas de algum modo relacionados com o esclarecimento da natureza da filosofia e da sua razão de ser.

O livro tem apenas dois capítulos, “Nem Mapa, Nem Território” e “O Futuro da Filosofia”, além do prefácio e da conclusão. O prefácio começa por mencionar a recente afirmação dos físicos britânicos Stephen Hawking e Leonard Mlodinow de que a filosofia está morta, o que dá um pouco o mote ao livro; é como se o destinatário do livro fosse o leitor que pensa haver algo de arcaico, estranho e ultrapassado na filosofia, precisando por isso de ser esclarecido por quem faz da filosofia a sua vida. No prefácio são mencionados alguns dos excessos que o autor considera desagradáveis na filosofia contemporânea: um profissionalismo serôdio, que faz da filosofia um conjunto de “clubes de comentaristas profissionais”, e os filósofos mediáticos, “algemados pela exigência de simplificação” (p. 12). A isto opõe o autor uma atitude mais humorística, na qual sejam capazes de rir da nossa própria profissão.

A primeira secção do capítulo I, “O Que é a Filosofia? Do Que Ela Trata? Por Que Estudá-la?”, enfrenta a dificuldade de explicar às pessoas que a desconhecem o que é afinal a filosofia. A dificuldade é que a filosofia “não parte nem de dados experimentais, como ocorre nas ciências, nem de postulados, como na matemática e na geometria” (p. 15). Do ponto de vista do autor não há definições adequadas consensuais de filosofia, nem sequer do que nela se estuda. E rejeita que se possa reduzir os temas da filosofia às

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP.

três perguntas (“O que somos? De onde viemos? Para onde vamos?”) a que popularmente se procura por vezes reduzi-la. Sugere então o autor que entender a filosofia deste modo, um pouco como auto-ajuda, é um sintoma não apenas de uma mentalidade facilitista em que se pretende comprar receitas que não exijam esforço e sejam fáceis de aplicar, mas também de uma incompreensão profunda da própria filosofia, que num certo sentido é precisamente a rejeição deste género de simplismos. Mas então o que é ela exactamente? “Nenhum filósofo sabe ao certo o que é a filosofia” (p. 20), afirma o autor. Esta afirmação desconcertante leva-o a enfrentar o estereótipo do filósofo como alguém que estuda problemas que não têm solução, o que seria visto como inconstante e um desperdício de tempo.

Parece-me que esta acusação, apesar de comum, é bastante menos razoável na sociedade contemporânea porque, devido a níveis de riqueza nunca antes atingidos, inúmeras pessoas podem dedicar-se exclusiva ou demoradamente a actividades inúteis e improdutivas como jogar jogos de computador, assistir a várias horas de televisão por dia, trocar comentários frívolos no Facebook durante horas ou pura e simplesmente — o que é muitíssimo mais saudável — fazer turismo, andar de bicicleta ou praticar *skate* ou *surf*. Neste contexto, o que haveria de errado numa pessoa dedicar-se a algo que não tem relevância prática, como é o caso da filosofia, do *ballet* ou da arqueologia? O autor, porém, não enfrenta o estereótipo deste modo; antes insiste que se a filosofia fosse assim tão inútil, homens como Sócrates, Galileu e Descartes não teriam sido perseguidos. Além disso, a filosofia não é inútil, do ponto de vista do autor, porque é dela que surgiram as próprias ciências — que nunca se separaram completamente da filosofia, afirma. A dificuldade, pensa o autor, é a sociedade consumista em que hoje estamos inseridos.

Antes de esclarecer e discutir brevemente esta ideia da sociedade consumista vale a pena fazer notar que quem pergunta para que serve a filosofia irá muito provavelmente perguntar também para que servem as ciências, na sua maior parte, exceptuando apenas as que têm aplicação prática mais ou menos directa. Uma pessoa sem curiosidade intelectual não entende apenas para que serve a filosofia (serve para satisfazer a nossa curiosidade intelectual acerca de problemas insusceptíveis de resposta matemática ou experimental); ela não entende também para que serve a arqueologia, a física teórica mais abstracta que fazem cientistas como Stephen Hawking ou, já agora, o *jazz* ou sequer a literatura — porque em todos estes casos trata-se de satisfazer algo que está muito além das nossas necessidades primárias mais imediatas da alimentação, conforto, segurança e bem-estar. Trata-se de responder a necessidades que não são primárias, mas

que precisamente por isso são tanto mais preciosas. Algo nesta direcção é sugerido pelo autor quando relata uma conversa com um aluno que lhe pergunta para que serve afinal a filosofia, ao que responde João de Fernandes Teixeira com outra pergunta: “para o que serve a sua vida, rapaz?” (p. 24).

Passemos então à ideia defendida pelo autor de que a questão da utilidade da filosofia está ligada ao consumismo da vida contemporânea:

Em uma sociedade na qual só há duas opções, produzir ou consumir, a filosofia não pode ter lugar, pois ela não é um produto. A moda e a gastronomia podem ser consideradas inúteis, mas nunca serão tão rejeitadas como a filosofia, pois delas sempre é possível derivar algum tipo de produto. Não há itens filosóficos à venda ou exibidos em catálogos. Uma grife pode ser algo tão intangível como um conceito filosófico, mas ela nunca deixará de ser um produto para ser consumido. (p. 21)

Se numa sociedade dessas a filosofia não pode ter lugar, conclui-se que não vivemos nessa sociedade, precisamente porque há filosofia, e nunca houve tanta filosofia como hoje — mas não é isto que o autor parece defender. Há hoje muito mais filosofia do que no tempo dos gregos da antiguidade, ou no século XVII: a publicação de livros e artigos, ao ritmo mensal, é difícil de acompanhar e é impossível estudar toda a boa filosofia que se faz hoje. Por outro lado, é óbvio que na filosofia produzimos coisas para consumir: palestras, que por vezes são transmitidas pela Internet, livros, artigos, aulas e seminários. Todas estas coisas que produzimos são consumidas pelas pessoas e é por isso que ganhamos dinheiro — acontece apenas que muitas vezes as pessoas nos pagam involuntária e indirectamente, por via dos seus impostos, que por sua vez permite que o estado nos pague viagens de avião, estadias em hotéis, edições de livros e artigos que ninguém além de nós próprios lê, e um ordenado mensal confortável. Não parece promissora a ideia de que há uma tensão entre a sociedade contemporânea e a filosofia, no sentido de ser hoje mais difícil fazer filosofia do que era há duzentos anos, ou há dois mil. A diferença relevante é que no passado ou o filósofo tinha um meio de subsistência próprio porque vivia dos rendimentos das suas propriedades, ou encontrava uma profissão que não lhe ocupasse demasiado tempo para poder conciliá-la com a investigação filosófica, ou conseguia montar uma escola privada e viver das mensalidades pagas pelos alunos (como presumivelmente acontecia com Aristóteles ou Epicuro).

O autor toca certamente num tema que surge uma vez e outra quando se conversa sobre a filosofia no mundo de hoje. Porém, não consigo ver aqui mais do que duas

ilusões misturadas. Primeiro: não é crível que na Grécia da antiguidade a filosofia fosse mais valorizada do que hoje pelas pessoas comuns; acontece apenas que não vivemos nessa sociedade e os ecos que dela temos não dão muita ênfase à atitude das pessoas comuns, apresentando apenas as opiniões dos intelectuais daquele tempo, pois foram eles que deixaram rasto histórico na forma de livros que hoje lemos. Ficaria muitíssimo surpreendido caso se mostrasse que a generalidade dos agricultores, pescadores, comerciantes ou senhores aristocráticos da antiguidade grega, romana ou do mundo medieval ou moderno tinham a filosofia em grande conta.

Segundo: na sociedade de hoje há inúmeras coisas que não interessam à generalidade da população, mas apenas a algumas pessoas. *Heavy metal*, xadrez, hóquei no gelo, programação de computadores, estudos de *marketing*, óptica, pintura... há sempre inúmeras actividades que não interessam à maioria da população e não é surpreendente que a filosofia seja uma delas. Só parece surpreendente quando a comparamos com aquelas pouquíssimas coisas que são do interesse de grande parte da população — mas estas coisas, pela sua própria natureza, são bastante reduzidas em número. Acontece apenas que nos meios de comunicação que só conseguem fazer dinheiro com índices muito elevados de audiências quase só encontramos precisamente essas coisas mais comuns que interessam a grande parte da população — as outras coisas não são tão lucrativas quanto o denominador comum mais rasteiro.

Ao contar um caso que lhe ocorreu numa noite com um grupo de colegas, o autor enfrenta na página 28 outra inquietação perante a filosofia: a escassez de conclusões consensuais. Depois de lhes pedir um cigarro e de descobrir que visitavam aquela cidade por ocasião de um colóquio de filosofia, o transeunte pergunta aos desprevenidos interlocutores a que conclusões haviam chegado. Esta não é já uma preocupação a que possamos responder por comparação com a arqueologia, que certamente produz conclusões consensuais impressionantes, ainda que sempre sujeitas a revisão, como é próprio da ciência. Porém, o consenso é escasso em filosofia. João de Fernandes Teixeira não sugere outra resposta que não a mera admissão de que, realmente, não temos grande coisa a apresentar em termos de conclusões consensuais, mas que talvez não seja isso que nos leva a fazer filosofia: a “sua fecundidade não está apenas na descoberta de novas verdades, mas na possibilidade de gerar controvérsias” (p. 28).

A subtileza desta passagem é a palavra “apenas”, e não sei se o leitor mais descontraído se dará conta de que não se trata de rejeitar a importância da descoberta de novas verdades, mas antes de dizer que não é só isso que dá fecundidade à filosofia.

Uma vez que também a ciência desfaz muitas certezas prévias, parece razoável pensar que o autor aceita a ideia de Quine, Dennett e outros filósofos de que entre a filosofia e as ciências há uma continuidade, e não uma divisão abrupta. A diferença entre a filosofia e as ciências será então uma questão de ênfase: tanto num lado como no outro temos conclusões e o desfazer de certezas, mas temos mais conclusões consensuais em ciência do que em filosofia, e menos certezas em filosofia do que em ciência.

É importante sublinhar este aspecto porque quando os cientistas, os estudantes e as pessoas comuns comparam desfavoravelmente a filosofia com as ciências tendem a cair numa confusão subtil: comparam as aplicações tecnológicas da ciência com a filosofia, e esquecem-se das áreas mais especulativas e abertas da ciência de ponta, onde há dúvidas e falta de consensos. Neste ponto, é esclarecedor explicar que tanto nas áreas mais especulativas da ciência como na filosofia podemos saber muito acerca de um problema sem saber qual é a sua solução. Um exemplo óbvio é a diferença entre um investigador policial que estuda um homicídio difícil, durante várias semanas, e nunca descobre o homicida, mas descobriu muito acerca daquele crime. Todavia, o jornalista que vive do imediatismo da notícia espalhafatosa e fácil noticia o mesmo homicídio mas quase nada sabe sobre ele. Há um sentido em que o jornalista e o investigador estão a par: nenhum deles sabe quem foi o homicida. Mas entre ambos há um abismo inegável de conhecimento. E esse é o abismo que há entre um filósofo que estuda um dado problema que está em aberto e para o qual não há uma solução consensual, e os cientistas e pessoas comuns que falam de longe desse problema.

Na secção “Os Filósofos Buscam a Verdade?” o autor procura responder a esta pergunta popular recorrente, afastando-se de várias posições relativistas que são hoje em dia bastante comuns. Primeiro, defende que “é ilusório achar que a filosofia busca verdades definitivas” (p. 28). Ao invés, a ideia é que em filosofia procuramos respostas para os enigmas que nos preocupam, mas sem pretender chegar a posições irrevisíveis. Segundo, defende que apesar disso “os filósofos nunca deixaram de perguntar o que é a verdade e quais critérios deveriam ser adotados para considerar uma proposição verdadeira” (p. 29). Dado este mote, apresenta-se então a ideia de que uma frase é verdadeira quando corresponde de algum modo à realidade.

É preciso alertar o leitor menos preparado, para que não confunda o problema metafísico da verdade com o problema epistemológico (o único que o autor tem em mente). O problema metafísico da verdade é bastante mais abstracto e difícil de entender para quem não tem interesses intelectuais profundos: quando uma frase qualquer é

verdadeira, o que a torna verdadeira? Este problema é bastante arredado das nossas preocupações comuns e contrasta com o problema epistemológico, que é bastante mais comezinho: o que justifica adequadamente a nossa convicção de que uma dada frase é verdadeira? Este segundo problema é bastante diferente do primeiro porque podemos ser incapazes de justificar adequadamente uma frase que pensamos que é verdadeira, mas saber muito bem o que a tornará verdadeira, se for verdadeira. Por exemplo, não sabemos se a frase “Existem extraterrestres” é verdadeira, e talvez nunca venhamos a sabê-lo. Porém, sabemos exactamente o que é preciso ocorrer para que seja verdadeira: existirem extraterrestres algures. Quando confundimos os dois problemas, confundimos várias coisas.

Imagine-se que nunca temos consensos numa dada área, ou imagine-se que temos. Tem isso alguma coisa a ver com a verdade? Não. Nem o facto de não haver consenso quanto à verdade da frase “Existem extraterrestres” a torna falsa, ou destituída de valor de verdade, nem o consenso de que há extraterrestres a torna verdadeira. De modo que as conversas de Rorty acerca da conversa interminável entre intelectuais ociosos e os discursos de Habermas acerca da ética dos discursos, seja o que for que esses filósofos tenham em mente, nada tem a ver com o problema metafísico da verdade. Do mesmo modo, o princípio da incerteza de Heisenberg está longe de ter qualquer impacto metafísico porque não parece mais do que uma limitação no que respeita à tentativa de medir simultaneamente a posição e a velocidade de uma partícula subatómica. Uma leitura descontraída deste livro, porém, poderá fazer pensar que este princípio, assim como as ideias de Rorty e de Habermas, têm alguma coisa a ver com o problema metafísico da verdade, o que, se não é falso, está pelo menos longe de ser obviamente verdadeiro.

Qual é então o impacto que estas ideias têm no problema epistemológico da verdade? O curioso é que também não têm qualquer impacto porque limitam-se a sublinhar uma banalidade: somos epistemicamente falíveis e limitados. Limitados, porque nem sempre podemos saber tudo que desejávamos saber — como a velocidade e a posição de uma partícula subatómica, ou se há extraterrestres — e falíveis porque muitas vezes pensamos que é verdadeiro o que afinal é falso, ou vice-versa. Como deveria ser evidente, nada de especial filosoficamente se conclui destas banalidades. O autor está por isso mais do que autorizado a rejeitar as tentações relativistas quanto ao problema epistemológico da verdade.

Neste livro, o tema da verdade não surge apenas associado a Rorty, Habermas e

Heisenberg; na página 30 surge Gödel:

a matemática, o último baluarte da certeza, foi questionada com a descoberta dos teoremas da incompletude de Kurt Gödel na década de 1930. Estes teoremas demonstram que a matemática não é um edifício que se sustenta com seus próprios pés, ou seja, a sua consistência não pode ser provada por ela mesma.

Gödel provou que nenhuma teoria lógica suficientemente robusta para incluir a aritmética consegue provar todas as verdades aritméticas, se for consistente. Isto significa apenas que as verdades matemáticas não se reduzem a verdades lógicas; são verdades de um domínio próprio, irreduzível à lógica. Não significa que a própria matemática não é robusta, ou não tem fundamentos sólidos, ou que é duvidosa, ou que põe em causa qualquer concepção da verdade matemática ou da nossa capacidade para conhecê-la. Uma vez mais, portanto, nenhum relativismo quanto à verdade emerge daqui.

Escrito num tom descontraído, este pequeno livro procura esclarecer o grande público, assim como os estudantes ou quem pensa vir a estudar filosofia. A sua grande virtude é precisamente a leitura descontraída que proporciona. Um aspecto menos feliz talvez seja uma certa fragmentação, que faz o autor mencionar, sem muita articulação, várias ideias que obviamente não tem tempo para explicar mais adequadamente, dada a dimensão e os objectivos do livro. Porém, esta amplitude também tem vantagens: insere a filosofia firmemente na sua história, sem esquecer uma atitude criativa e crítica (o autor discute brevemente o *cogito* de Descartes com muita frontalidade confessa as suas perplexidades), e mostra como a filosofia e a ciência andam de mãos dadas. Espero que esta breve nota consiga despertar curiosidade pelo livro de João de Fernandes Teixeira e que suscite muitos e bons debates — nomeadamente com o autor, que mostra uma abertura salutar para a troca cordial de ideias.